



Câmara Municipal de Porto Alegre

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A AVALIAR E DISCUTIR O PLCE Nº
008/07 – PROC. 6777/07, QUE DISPÕE SOBRE O DESENVOLVIMENTO
URBANO NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, INSTITUI O PLANO
DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL DE PORTO
ALEGRE (PDDUA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Relatoria IV

Dos Projetos Especiais do Centro da Cidade e do Cais do Porto

RELATÓRIO FINAL

Vereador Airto Ferronato – PSB

Relator

Porto Alegre, 31 de agosto de 2009.

PARTE I

RELATÓRIO DE REUNIÕES

1. Considerações iniciais

A Relatoria IV - Dos Projetos Especiais do Centro da Cidade e do Cais do Porto Mauá é composta pelos seguintes Vereadores:

- Airto Ferronato, Relator;
- Valter Nagelstein, Revisor;
- Pedro Ruas, Titular e
- Sofia Cavedon, suplente.

O trabalho desta Relatoria foi conduzido, até então, sob dois enfoques principais: analisar detalhadamente a proposta do Executivo e ouvir os atores sociais e econômicos envolvidos diretamente nos espaços em discussão.

Desta forma, foi elaborado um cronograma de ações contemplando reuniões de estudo da proposta de revisão do Plano Diretor em análise e visitas a locais significativos do Centro Histórico, ouvindo a comunidade local e usuários, bem como os protagonistas do Projeto Especial para o Cais do Porto Mauá, de modo que fossem expostos de forma abrangente os problemas e soluções propostas para estas áreas.

O equilíbrio entre conservação do patrimônio histórico com a retomada do dinamismo econômico e social, em paralelo com a preservação do meio ambiente e com a vocação turística do Rio Guaíba foram princípios adotadas por esta comissão na proposição de diretrizes estratégicas sustentáveis e factíveis para o espaço central da nossa Cidade.

2. Síntese das reuniões realizadas pela Relatoria IV

2.1. Reunião realizada no dia 05 de maio – Sala das Comissões 302

Pauta:

- Seleção e elaboração do Projeto para o Cais do Porto;
- Aprovação do Calendário de reuniões, com reuniões alternadas na Câmara de Vereadores e na Comunidade do Centro.

Participantes:

Vereadores Airto Ferronato, Valter Nagelstein, Pedro Ruas e Sofia Cavedon;
Senhor Edemar Tutikian, Coordenador Executivo do Projeto de Revitalização do Cais do Porto;
Professor Antonio Domingos Padula, da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Relato:

Explicação do Sr. Edegar Tutikian, Diretor da Caixa RS e Coordenador Executivo do Projeto de Revitalização do Cais do Porto.

Inicialmente, falou sobre a área que será utilizada pelo Projeto com extensão de 3.000 m, área existente a ser trabalhada: 30.000 m², do impacto ambiental, de toda área de infra-estrutura que será criada por conta da iniciativa privada, com a geração de mais de 10 mil empregos diretos e indiretos, do impacto econômico e valores do empreendimento, somando mais de 500 milhões. Tutikian ressaltou que governança corporativa é equilibrar a competitividade e a produtividade do projeto com uma gestão responsável e transparente, reduzindo os riscos para os investidores por meio da definição clara dos papéis e das responsabilidades para assegurar os interesses públicos sobre o empreendimento, cuja área continuará sendo pública e com acesso universal da população.

2.2. Reunião realizada no dia 14 de maio – Sala das Comissões 302

Pauta:

- Discussão das áreas do Centro da Cidade e do Cais do Porto Mauá, conforme anexos 3.1 a 3.23.

Participantes:

Vereadores Airto Ferronato, Sofia Cavedon e João Dib;
Márcio Bins Ely, Secretário Municipal de Planejamento e Vereador Licenciado;
Maria Erni Coutinho Marques e Antônio Carlos Selmo, da Secretaria de Planejamento Municipal;
Antonio Domingos Padula, professor da UFRGS;
Gino Gehling, professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS;
Jaqueline Sanchotene, do Fórum de Entidades;
Ivo Krauspenhar, do Movimento Petrópolis Vive;
Mara Giron Gazola, do Movimento Viva Gasômetro;
Briane Elisabeth Panitz Bicca, do Projeto Monumenta;
Professor Flávio Kiefer, Arquiteto e Professor da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA);
Marcos Miethicki da Silva, coordenador do Curso de Arquitetura do Centro Universitário IPA.

Relato:

O Sr. Secretário Márcio Bins Ely discorreu sobre o Plano Diretor como um dos Projetos mais importantes para a Cidade. Falou sobre o desenvolvimento e o crescimento organizado, entendendo que se aproxima do ideal possível para a nossa Cidade. Lembra que para a área central, o Programa Viva o Centro, coordenado pela Secretaria do Planejamento sob a gerência do Sr Glênio Bohrer, foi explicado em reunião geral da Comissão Especial do Plano Diretor. A criação do Centro Popular de

Compras trouxe uma nova dinâmica de integração das ruas do centro da Cidade com a comunidade.

Antônio Selmo falou sobre as Áreas de Interesse Cultural e sobre as Áreas de Ambiência Cultural, fazendo um breve histórico de todo o processo que aconteceu desde 1999.

Com o início do novo governo, em 2005, foram realizados alguns encontros, chamados Diálogos da Cidade. O Prefeito sugeriu a retirada do Projeto de Lei da Câmara, quando surgiu a dúvida sobre a compatibilização dos Regimes Urbanísticos propostos para o Plano Diretor. O produto desse trabalho não sofreu alteração, a delimitação das áreas praticamente não foi alterada, algumas desdobradas e, concluído em 2007, o projeto foi anexado ao Plano Diretor.

O arquiteto Flávio Kiefer registrou que foi um trabalho técnico feito com intenção de revisão a ser submetida a Câmara de Vereadores, onde iria ser complementado e aprimorado.

A Vereadora Sofia Cavedon lembrou que o estudo da UNIRITTER e do Executivo Municipal ainda está em vigor por Decreto do Prefeito e mantido por decisão judicial, sendo critério para a concessão do Estudo de Viabilidade Urbanística - EVU.

2.3. Reunião realizada no dia 21 de maio – Visita ao Viaduto Otávio Rocha

Pauta:

- Visita aos Permissionários do Viaduto Otávio Rocha;
- Reunião na Associação Riograndense de Imprensa, com a direção da ARI, com moradores e usuários do entorno.

Participantes:

Vereadores Airto Ferronato, Valter Nagelstein, Pedro Ruas, Sofia Cavedon e Marcelo Chiodo;

Ricardo Verdi, Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (SMIC);

Alcir Flores, Associação Representativa e Cultural dos Comerciantes do Viaduto Otávio Rocha (ARCCOV);

Jornalista Erci Torma, Presidente da Associação Riograndense de Imprensa – ARI;

Jornalista Ayres Cerutti, Diretor da ARI;

João Helbio Carpes Antunes e Ana Maria Lenz, da Associação de Moradores do Centro;

Cesar Córdia, Amigos da Gonçalo de Carvalho;

Viviane Juguero, Teatro de Arena;

Roberto Jakubasko, Região de Planejamento 1;

Maria do Carmo Barbosa Lima de Faria Correa, da Casa do Poeta Riograndense;

Maria Helna Bruzani, CAPORI;

Jaqueline Sanchotene, Fórum das Entidades;

Ivo Krauspenhar, Movimento Petrópolis Vive;

Rita Chang, Presidenta do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Alegre (COMPAC);

César Dorfman, Assessor da Relatoria do Centro e do Cais Mauá;
Glenio Bohrer, Programa Viva o Centro da Secretaria Municipal do Planejamento;
Arquiteto Lucas Volpato, Jornalista Aline Brum, Carlos Alexandre Santiago, Luiz Felipe Soares, Cenilda Nunes, Sandra Regina, Sidnei Andrés, José Ademar Fernandes, Nelci Guedes, Helena Carniel, Rosa Cristina Rico e Adherval Andrade.

Relato:

Os Vereadores e demais participantes caminharam ao longo do Viaduto Otávio Rocha, para verificarem a sua situação e também conversaram com alguns permissionários, para posterior debate de propostas de modificações urbanísticas para o local.

Logo após, os Vereadores se dirigiram à Associação Riograndense de Imprensa (ARI), onde foram recebidos por seu Presidente, jornalista Erci Torma, para reunião com representantes do Executivo Municipal, entidades e associações da Região.

O vereador Airto Ferronato fez uma breve explanação sobre a temática que compõe o Viaduto e seu entorno, afirmando que deveríamos pensar na “Porto Alegre do futuro”.

Os representantes das entidades manifestaram preocupação com a estrutura do Viaduto.

O Senhor Adacir José Flores, Presidente da Associação Representativa e Cultural dos Comerciantes do Viaduto Otávio Rocha – ARCCOV –, falou em nome dos permissionários do Viaduto e entregou um documento aos membros da Relatoria. Disse que é necessária a busca de uma solução para o monumento que foi tombado pelo Poder Público e informou que as câmeras de vigilância já estão instaladas.

A Senhora Rita Chang, Presidenta do COMPAC, falou sobre a criação do Centro Histórico, aprovado por unanimidade na Câmara Municipal; que o Viaduto seria uma obra de arte de difícil manutenção pelo Governo e, também, sobre a necessidade de fomento ao turismo, fazendo com que o Viaduto faça parte de um circuito turístico para consolidá-lo como algo importante no Centro Histórico, pois é o espaço mais antigo e visitado.

A Senhora Ana Maria, moradora dos Altos do Viaduto, representando a Associação de Moradores do Centro, demonstrou preocupação com a Praça da Matriz e arredores e citou os projetos dos Portais da cidade e metrô. Questionou e demonstrou preocupação com a implantação de um túnel por baixo da Avenida Borges de Medeiros.

O Senhor Ivo Krauspenhar, do Movimento Petrópolis Vive, considerou que a Cidade tem muitas coisas boas que devem ser recuperadas.

A Senhora Maria Helena Bruzani, da Casa do Poeta Riograndense, informou que a Casa está instalada em condições precárias no Viaduto e que tem um acervo cultural muito bom, mas sem acesso à população.

A Senhora Viviane Juguero Martins, Diretora do Teatro de Arena comentou a necessidade de uma campanha para divulgação do bairro “Centro Histórico” e pela humanização do Viaduto com as Entidades que já existem. Citou o Fórum Permanente de Cultura da Assembléia Legislativa e sugeriu a instalação de acessos

no Viaduto para os deficientes, principalmente ao Teatro de Arena, que fica na esquina com a Rua Duque de Caxias.

O Senhor Ricardo Verdi, Coordenador dos Próprios Municipais (SMIC), administrador do Mercado Público, Mercado do Bom Fim e Altos do Viaduto considera o FUNMERCADO (Fundo Municipal do Mercado Público) muito importante e manifestou-se favorável à instituição de um fundo semelhante para o Viaduto Otávio Rocha.

O Senhor Paulo Guarnieri, Vice-Presidente da Associação de Moradores do Centro efetuou a leitura de documento que, logo após, foi entregue ao Vereador Airto Ferronato.

O Senhor Glênio Bohrer, Coordenador do Projeto Viva o Centro, da Secretaria de Planejamento Municipal (SPM), confirmou que o Viaduto é um próprio dos mais difíceis de manter. Considera importante não apenas uma reforma, mas um projeto maior, de alto valor e que o projeto não seria de alteração da forma física, cuja estrutura deveria ser preservada.

O Senhor Roberto Jakubasko, do Conselho de Usuários do Parque Farroupilha, solicitou atenção dos usuários, permissionários e moradores e disse que os moradores é que determinam o que irá acontecer com a Cidade.

O arquiteto Lucas Volpatto argumentou que vê o Viaduto como pólo multiplicador de cultura.

Já o Senhor Ayres Cerutti, membro da Diretoria da A.R.I. considera que o Viaduto já é um pólo turístico e questionou se existe alguma proposta para utilização das escadarias do Viaduto.

A Vereadora Sofia Cavedon propôs a criação de um fundo que funcionaria como um investimento pelos próprios permissionários.

O Vereador Airto Ferronato comentou a importância no mundo inteiro do centro histórico das cidades e manifestou apoio à emenda sugerida pela Vereadora Sofia.

O Vereador Valter Nagelstein afirmou que a revitalização do Cais do Porto passará pelo Centro, com resgate da linha histórica do bonde, por meio do Projeto Monumenta. Considera isso uma questão econômica e social, que Porto Alegre está no limiar de muitas questões alternativas para o trânsito. Citou, ainda, a questão dos museus que considera muito importante.

Finalizando, o Senhor Erci disse que o sonho da ARI seria a criação de um centro cultural voltado às comunicações e que o Viaduto é um dos mais importantes equipamentos culturais de Porto Alegre. Propôs um novo corredor cultural, passando entre outros, pelo Viaduto, ARI, Caminho dos Antiquários, Ponte dos Açorianos, Monumento Açorianos, Largo dos Palmares e OSPA.

2.4. Reunião realizada no dia 28 de maio – Sala das Comissões 302

Pauta:

- Projetos Especiais (Artigos 55 a 65) – Áreas de interesse cultural e proposta de regime urbanístico.

Participantes:

Vereadores Airto Ferronato, Valter Nagelstein e Sofia Cavedon;
Gladis Weissheimer, Arquiteta da Secretaria do Planejamento Municipal (SPM);
Antonio Domingos Padula, Diretor da Escola de Administração da UFRGS;
Marcos Miethicki da Silva, Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Metodista IPA;
Mara Giron Gazola e Jacqueline Sanchotene, ambas do Movimento Viva Gasômetro, indicadas pelo Fórum de Entidades;
Ivo Krauspenhar, do Movimento Petrópolis Vive;
Luiz Antonio Pereira da Silva, Assessor Legislativo da Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre (CDL);
Dalton Bernardes, Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UNIRITTER;
Ana Rosa S. Cé, Professora de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do RS (PUC/RS).

Relato:

O Relator, Vereador Airto Ferronato, abriu os trabalhos e informou que, na ausência do representante técnico da Secretaria de Planejamento, se faz necessária alteração de pauta.

A seguir, a Senhora Jacqueline Sanchotene apresentou a proposta do Movimento Viva Gasômetro, fazendo um breve histórico sobre a Entidade e apresentando o Projeto da criação do Parque e do Largo do Gasômetro.

A Senhora Mara Giron Gazola considerou importante o Projeto e disse que espaços de vivência são fundamentais, porque a cidade é feita muito mais de pessoas do que de prédios.

O Vereador Valter Nagelstein elogiou a proposição apresentada, considerando-a muito importante e citou o Projeto Área de Recuperação Econômica – ARES, que está sendo implementado na cidade do Rio de Janeiro, dizendo ser possível sua aplicação em qualquer cidade do Brasil.

O Vereador Airto Ferronato apresentou a proposta de tornar subterrânea a linha do Tensurb e a Av. Mauá, dizendo já ter conversado com os Vereadores Valter Nagelstein, Sofia Cavedon e Pedro Ruas. Argumentou que os será apresentada uma Emenda assinada pelos Vereadores da relatoria, como medida estratégica. Assim, se pensarmos essas questões conjuntamente teremos possibilidade de construir uma grande diretriz. O vereador disse que também acredita na viabilidade do Parque do Gasômetro.

A Senhora Jacqueline Sanchotene fala sobre outra reivindicação que é muito importante para o Movimento: a criação do Largo do Gasômetro, que significa aumento e reconstrução histórica da calçada de duas quadras da Rua General Salustiano, pois surgiu um movimento cultural muito freqüentado nos domingos à tarde, que é o Samba de Raiz. O palco dessas pessoas, hoje, é a rua e não faz sentido, naquele lugar, uma rua tão larga com baixo movimento.

O Vereador Airto Ferronato diz que, quando se fala no Centro, há uma relevância midiática enorme em torno do Cais Mauá. Entretanto, o objeto do Centro é um

complexo todo e o Cais Mauá faz parte dele. Hoje o acesso ao cais é muito difícil. Se tivermos um acesso mais fácil, com universalização de uso, será muito positivo. Nesse sentido, existe uma proposta concreta da presença da UFRGS no Cais, que já está bem encaminhada. Porém, a linha do Trensurb, a Av. Mauá e os prédios da Av. Mauá são obstáculos que estão ali, além do Muro, bastante visíveis e com a necessidade de se pensar o que fazer com eles.

O vereador Valter Nagelstein cumprimenta Jacqueline e Mara Gazola, dizendo que ficou encantado com a proposição afirmando a sua importância. Não só constituiria uma extensão da Rua da Praia e da Praça da Alfândega, mas também do Projeto do Cais do Porto. Será um amplo espaço verde, disse o vereador, compensando com uma área construída, o amplo espaço verde proposto.

O Professor Antonio Padula, da UFRGS, parabeniza as colegas do Fórum das Entidades, dizendo: que o projeto é muito relevante e parece bastante viável, integrando o cais Mauá e o centro histórico. Certamente, vai dar muito mais qualificação, perenidade e permanência as iniciativas apontadas. Quer que aquela região volte a ser o irradiador do desenvolvimento da Cidade. Nesse momento é que entra a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Existe um movimento muito concreto, muito claro e muito efetivo de que, mesmo as grandes Cidades, estão encontrando no seu patrimônio, na sua história, no seu passado, as forças para enfrentar o presente e delinear o seu futuro. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul quer participar desse projeto por isso, sente-se comprometida numa perspectiva de tornar-se um dos pólos de irradiação do movimentos de pessoas no cais.

2.5. Reunião realizada no dia 04 de junho – Visita a Praça XV e ao Mercado Público

Pauta:

- Projetos para o Chalé da Praça XV e para o Mercado Público.

Participantes:

Vereador Airto Ferronato;
Glenio Borher, do Projeto Viva o Centro;
Ricardo Verdi, Coordenador dos Próprios Municipais (SMIC);
Rita Chang, Presidenta do COMPAC;
Fernando Guaspari, Empreendimentos Guaspari;
Maria Horacia, Presidenta da UAMPA;
Edenir Simonetti, Proprietário do Chalé da Praça XV;
Antonio Simonetti, Chalé da Praça XV;
Prof. Dalton Bernardes, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UNIRITTER;
Profª. Ana Rosa S. Cé, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC/RS;
Prof. Antonio Padula, UFRGS;
Jaqueline Sanchotene, Fórum de Entidades;

Marco Aurélio Leite, Gabinete da Governança;
Luiz Antonio Pereira da Silva, Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL);
Briane Bicca, Coordenadora do Projeto Monumenta (SMC/PMPA);
Sergio Lourenço A. Rosa, Permissionário do Mercado Público;
Mara Outeral, Associação do Mercado Público;
Jornalistas Fabrício Sedro e Aline Brum;
José Santa Helena e Carlos Alexandre Santiago.

Relato:

O Vereador Airto Ferronato e demais participantes visitaram o Chalé da Praça XV e arredores, a fim de colher informações sobre as modificações urbanísticas necessárias para a área em questão.

O programa de ampliação do Chalé da Praça XV, a construção do Centro Popular de Compras e a conseqüente transferência dos vendedores foram consideradas medidas importantes, como um primeiro passo, para a requalificação do espaço.

O Senhor Glênio Bohrer, Coordenador do Projeto Viva o Centro, comentou algumas das alterações que estão previstas para o entorno do Chalé, além das questões do estacionamento e do metrô.

No Largo Glênio Peres, o grupo foi abordado por artistas de rua que solicitaram um espaço cultural dedicado à valorização destes artistas e voltado às suas manifestações. A seguir, o Vereador e convidados se dirigiram ao Mercado Público Central para visitar as bancas e, logo após, o grupo reuniu-se na Sala destinada à equipe do Projeto Monumenta e foram recebidos por sua Coordenadora, a Senhora Briane Bicca, que fez uma exposição sobre alguns projetos desenvolvidos. Em continuidade, foi dada a palavra para que os presentes pudessem se manifestar acerca do tema debatido.

Representantes do Mercado Público disseram que seria necessário revitalizar a área central da Cidade, para que o Mercado voltasse a se tornar um local de referência para as compras dos porto-alegrenses.

O Senhor Sérgio Lourenço A. Rosa, falou sobre a necessidade de uma passarela que ligasse diretamente o Mercado Público ao Cais do Porto e um local para armazenamento de seus estoques. Foi citada, ainda, a necessidade de mais estacionamentos na área e maior segurança no entorno.

Em resposta, o vereador Airto Ferronato informou sobre a proposta de autorização de estacionamentos subterrâneos na região do centro histórico.

2.6. Reunião realizada no dia 25 de junho – Cais do Porto Mauá

Pauta:

- Apresentação do Projeto de Revitalização do Cais Mauá.

Participantes:

Vereadores Airto Ferronato, Valter Nagelstein, Adeli Sell e João Dib;
Maurenio Stortti, Presidente da M. Stortti Consulting Group, vencedor do estudo que deverá nortear a elaboração do Edital coordenado pela Caixa RS;

Ivo Krauspenhar, do Movimento Petrópolis Vive;
Marcos Miethicki da Silva, Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Metodista IPA;
Jacqueline Sanchotene, do Movimento Viva Gasômetro, indicada pelo Fórum de Entidades;
Luiz Antonio Pereira da Silva, Assessor Legislativo da Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre (CDL);
Dalton Bernardes, Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UNIRITTER;
Ana Rosa S. Cé, Professora de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do RS (PUC/RS);
Cesar Dorfman, Professor e Assessor Técnico da Relatoria Temática IV;
Arquitetos Camile Viott e Flávio Kiefer.

Relato:

O Senhor Relator, Vereador Airto Ferronato, abre os trabalhos e solicita ao Sr. Maurênio que faça sua apresentação, salientando que a mesma ocorre em caráter informal, já que o projeto oficial a ser enviado pelo Executivo ainda não chegou na Câmara Municipal de Vereadores.

O Sr. Maurênio discorre sobre os modelos internacionais de gestão, apoio público e estabelecimento da governança corporativa em espaços concedidos. Diz que o sucesso do projeto depende da forma de gestão, bem como da interação ativa e harmoniosa entre os partícipes (ente público e privado). Além disso, afirma que é preciso estabelecer uma definição clara dos papéis, dispor sobre os objetivos (do projeto, da instituição e da função que exerce), definir as responsabilidades e os modelos de decisão, estabelecer rotinas e envolver gestão do conhecimento. A seguir, descrevemos um sumário dos pontos defendidos pelo convidado:

Análise do Ambiente: Porto Alegre possui uma população de 1,4 milhões de habitantes (13% da população gaúcha). É considerada uma das melhores cidades brasileiras para morar, trabalhar e fazer negócios. Seu setor de serviços é altamente desenvolvido (71% da economia da cidade). Tem o 4º PIB *per capita* entre as capitais brasileiras e altos índices de escolaridade, com uma população politizada e multicultural.

Análise da Oferta 1: Restaurantes, com gastronomia diversificada e grande variedade de opções. Ênfase na culinária gaúcha (churrascarias), italiana (pizzarias, galeterias) e japonesa (com mercado em crescimento).

Análise da Oferta 2: Teatros e Centro de Convenções. Porto Alegre vem se destacando no mercado de turismo de eventos.

Análise da Oferta 3: A análise da oferta de empreendimentos comerciais, de serviços e lazer aponta para um contexto de maturidade do setor na cidade de Porto Alegre.

Em todas as áreas pesquisadas existe a oferta qualificada de empreendimentos. Segundo Maurênio, acredita-se que as opções propostas para o complexo do Cais Mauá venha suprir essa demanda, com qualidade para os públicos-alvos e rentabilidade para os investidores.

Análise da Demanda: A análise da demanda leva a constatação da existência de uma atitude positiva por parte do público-alvo do empreendimento com relação à revitalização do Cais Mauá. Da mesma forma, a “intenção de compra” revelou-se alta entre os possíveis locatários, o que demonstra a existência de uma demanda para o empreendimento, nas diferentes áreas do projeto.

A proposta: O projeto está definido em dois pólos, prevendo uma interação entre a cidade e o cais, com rebaixamento do muro para 1,5 metros, consolidando os acessos e prevendo o aumento da passagem subterrânea, no acesso do Trensurb e na Av. Borges de Medeiros com o Mercado Público, aumentando seu comprimento e largura, revitalizando a passagem.

Nos armazéns: abertura de acessos para o Guaíba, criação de mezaninos e climatização, mudanças na mobilidade para acesso.

Nas docas: utilização do frigorífico como Centro Cultural.

Numa extremidade: construção de torres com hotel, estacionamentos, centros de eventos e salas comerciais.

Nesta reunião o vereador Aírto Ferronato voltou a mencionar a intenção da instalação por parte da UFRGS de uma faculdade no local e também de reservar um espaço para a juventude portoalegrense, duas idéias recebidas positivamente pelo palestrante.

2.7. Reunião realizada no dia 02 de julho – Sala das Comissões 302

Pauta: A comunidade educacional estabelecida no centro histórico.

Participantes:

Vereadores Aírto Ferronato e Ervino Besson;

Prof. Dalton Fernandes, Faculdade Arquitetura e Urbanismo (UNIRITTER);

Prof. Fabiano Albuquerque, Curso Meta Pré-Vestibular;

Prof. José Francinaldo de Freitas, Escola Técnica Estadual Parobé;

Prof. Antonio Furlanetto, Faculdade de Tecnologia (FTEC);

Prof^a. Ana Rosa S. Cé, Professora de Arquitetura e Urbanismo (PUC/RS);

Sr. Flávio Aurélio de Oliveira Charão, Coordenador de Disciplina do Colégio Mauá;

Sr. Bruno Eizenk, Faculdade Monteiro Lobato;

Sr. João Ricardo, Faculdade de Tecnologia (SENAC/RS);

Sr. Roberto Jakubasko, ONG Paralelo 30;

Sr. Daniel Augusto Pereira, Coordenador de Segurança;

Sr. Luiz Antonio Pereira da Silva, Assessor Parlamentar do CDL.

Relato:

O Vereador Aírto Ferronato abriu os trabalhos enfatizando o grande número de instituições de ensino estabelecidas no centro histórico, o grande fluxo de pessoas principalmente à noite em razão da quantidade de estudantes.; Estes fatores, por si só, expressam a relevância destes estabelecimentos e justifica a reunião. Conclui dizendo que os vereadores estavam ali para ouvir as sugestões e demandas daquela comunidade.

As manifestações, na sua totalidade, foram referentes à segurança no entorno das escolas, a iluminação pública deficiente, as paradas de ônibus sem iluminação, a dificuldade de estacionamentos e a falta de transporte público à noite, quando é sensível a diminuição do número de coletivos.

No geral, as escolas, cursos e faculdades não recebem nenhum incentivo para permanecerem no Centro.

Foi sugerido à criação de áreas especiais de estacionamento em frente às escolas no período noturno, pois é comprovado que mais de 75% das pessoas que circulam no Centro à noite são estudantes.

Como consenso entre os participantes, foi levantado a necessidade da criação de um de um “Corredor da Educação”, que abrangerá a grande maioria das Escolas, Cursos e Faculdades do Centro da Cidade. Também foi comentado que as secretarias municipais priorizem o atendimento das demandas decorrentes da insegurança, e outras, além de solicitar ao Conselho Municipal de Justiça e Segurança, que encaminhe junto a Brigada Militar um atendimento especial, com rondas e vigilância inteligente.

O Vereador Airto Ferronato se prontificou para estudar a matéria em conjunto com os demais Vereadores que compõem esta relatoria temática e encaminhar emenda propondo o Corredor. Para tanto, foi constituído um Grupo de Trabalho coordenado pela Professora Ana Ce, que estudará o roteiro deste corredor.

3. Apresentações realizadas este ano na Casa que dizem respeito ao Centro Histórico e ao Cais do Porto Mauá

3.1. Projeto Viva o Centro

Apresentado na Comissão Especial do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA), em 19 de março.

Apresentador:

Glenio Bohrer, Coordenador do Projeto Viva o Centro.

Relato:

A preocupação com processos de recuperação de áreas centrais aparece como um tema comum às grandes capitais a partir dos anos 80.

Em Porto Alegre, são gerados instrumentos de contenção a expansão bancária, aos estacionamentos e à hiper-polarização e constituídos grupos de trabalho específicos vinculados à Secretaria do Planejamento e ao Gabinete do Prefeito.

Assim, foram executadas obras de reurbanização na Avenida Voluntários da Pátria, Largo Glênio Perez, Mercado Público, Usina do Gasômetro, Viaduto Otávio Rocha e outros.

Eixos de atuação do projeto: espaços abertos, mobilidade e acessibilidade, roteiro cultural, patrimônio histórico edificado, infra-estrutura, planejamento e comunicação.

Plano de diretrizes: direcionamento para atuação estratégica, com a definição de cenários e indicação de projetos e ações estratégicas.

Metodologia de participação: transparência, informação e parcerias.

Instrumento de suporte a tomada de decisões: planejamento integrado para realização de ações setoriais e subsídio à captação de recursos para a implementação de ações.

Corredor Cultural: concentração de melhorias no setor entre Usina do Gasômetro e entorno do Mercado público e Praça XV, criando espaço de excelência, com alta concentração de equipamentos culturais, a partir da dotação de escala de conjunto às atividades culturais e potencialização de projetos existentes ou em elaboração, a exemplo daqueles financiados pelo Programa Monumenta, como Bonde Histórico e revitalização da Praça XV.

Diretrizes de atuação: qualificação do espaço público, projeto de reurbanização das Ruas Sete de Setembro e Andradas, projeto de reurbanização das praças Brigadeiro Sampaio e Júlio Mesquita, linha turística circular e qualificação das edificações.

Espaço Privado: plano de disciplinamento dos veículos de divulgação, plano de valorização de imóveis de interesse cultural, incentivo à recuperação do patrimônio, plano de recuperação de fachadas, plano de recuperação de imóveis desocupados e/ou subutilizados.

Organização e incentivo a eventos no espaço público: plano de atividades integradas (feiras, exposições), otimização das atividades econômicas, culturais, de lazer e turismo.

Promover animação noturna: integração dos eventos culturais e econômicos (bares, restaurantes), agenda coletiva de atividades (marca do Corredor Cultural).

Qualificação dos serviços de manutenção e conservação: iluminação, pavimentação dos passeios, intensificar os mecanismos de segurança pública, reforço da segurança, comunicação e divulgação.

Considerações do relator:

O projeto Viva o Centro visa à revitalização do Centro Histórico, resgatando uma atratividade compatível com o patrimônio cultural e ambiental, alavancando o potencial econômico e a segurança da população.

3.2. Sistema Integrado de Transporte e o Metrô de Porto Alegre

Apresentado no período de Comunicações da sessão ordinária realizada em 19 de março.

Apresentador:

Humberto Kasper, Superintendente de Desenvolvimento e Expansão do Trensurb.

Relato:

O conjunto das redes de transporte no Centro de Porto Alegre não foi concebido, nem é explorado, como um sistema integrado. Ao contemplar separadamente cada

subsistema, pode parecer lógico e racional. Entretanto, apresentam grande irracionalidade em seu conjunto.

Existe uma sensível falta de integração e coordenação dos sistemas de transporte público, manifestada em todas as esferas de governo, o que marca a separação entre os sistemas de transportes urbanos e metropolitanos.

Consequências: superposição de linhas nos mesmos eixos, acarretando excesso de ônibus nos corredores e na área central; aumento de congestionamento, de acidentes de trânsito e de poluição atmosférica e visual; queda de receita e aumento de custo operacional, com repercussão tarifária para o usuário.

Necessidades: racionalizar e promover integração total das redes e modais, como primeiro passo de qualificação para o futuro do transporte; compatibilizar projetos e planos setoriais de transporte desenvolvidos de forma isoladas, inclusive com o PDDUA; qualificar o planejamento estratégico da mobilidade, priorizando o transporte público sustentável; modernizar o setor, priorizando investimento em infra-estrutura e tecnologia de transporte público de média e alta capacidade.

Visão do modelo de desenvolvimento do transporte público coletivo

Ampla acessibilidade: visão estratégica e prospectiva dos deslocamentos; equilíbrio entre mobilidade e proteção ambiental; participação de todos os meios, modos e atores envolvidos; visão global de políticas públicas integradas e de ordenamento territorial.

Conceitos adotados: qualificação da mobilidade urbana (rede multimodal); alto e rigoroso nível de integração física, operacional e tarifária; capacidade e flexibilidade para atender alterações nos padrões de deslocamentos e demandas futuras, bem como oferecer diversidade de integração tecnológica; integração tarifária com introdução do cartão eletrônico para facilitar a integração dos diversos modos; estações e terminal de integração de alto nível de acessibilidade e tratamento urbanístico, paisagísticos e arquitetônico.

Enfoque das soluções - sistemas integrados: multimodal (complementaridade, integração e racionalização dos sistemas); multisetorial (transporte, circulação e trânsito, uso e ocupação do solo, meio ambiente, habitação, outros serviços públicos); multi-institucional (agentes públicos e privados das três esferas de governo); compatibilidade e interoperabilidade; Participação Público-Privado (PPPs) e operações urbanas.

Integração entre o planejamento e as políticas: uso e ocupação do solo; sistema viário (suporte físico); circulação e trânsito; transporte público priorizado (capaz de competir com o automóvel e indutor do desenvolvimento urbano-ambiental e de revitalização de atividades econômicas em áreas degradadas).

O que é um Metrô Leve?

O Metrô Leve é um transporte que atende a um nível de oferta inferior ao de um metrô pesado, mas superior ao de um corredor de ônibus ou de um VLT. Pode ter os seus veículos com gabarito reduzido, com largura, altura e comprimento dos seus veículos menores que os dos metrôs clássicos. Assim, circulam em túneis de diâmetro menor (4 metros) e em elevados mais estreitos e leves. Tem um grau de segregação

total que garante uma capacidade de transporte que varia de 20.000 a 40.000 passageiros/hora/sentido.

É associado a um projeto de desenvolvimento urbano e econômico, trazendo melhor acessibilidade às empresas, ao comércio e aos serviços. Tem um papel estruturador dos transportes públicos, já que se integra facilmente com os sistemas de ônibus. É capaz de circular em ambiente subterrâneo, em elevado ou em superfície. Com ciclo de vida de 30 anos, é um dos transportes de qualidade mais econômico. Sua tecnologia tem uma experiência de 100 anos. É seguro, confortável, versátil e com movimento suave, transmitindo confiança no serviço e acesso fácil para todos, incluindo os usuários com problema de locomoção.

Velocidade máxima: 80 km/h.

Velocidade média operacional: 35 km/h.

Capacidade do veículo: 06 passageiros/m² ou 760 passageiros num veículo de 04 carros.

Detalhes do Projeto

O traçado da linha é circular, devendo operar no sentido horário e anti-horário. Sua extensão total é de 37,40 km, sendo 26,4 km em subterrâneo, 9,2 em elevado e 1,8 em superfície. Do total, 3 km representa a conexão com a Linha 1 do Trem Metropolitano.

Nº de Estações: 31, sendo 08 terminais multimodal para conexões.

Distância média entre estações: 1.100 metros.

Eixos (vias): Voluntários da Pátria, Borges de Medeiros, Marcílio Dias, Bento Gonçalves, Manoel Elias, Assis Brasil, Brasiliano de Moraes, Benjamin Constant, Cairú e Farrapos.

Bairros: aproximadamente 32, atingindo 40% do total dos bairros de Porto Alegre.

População lindeira a linha do Metrô: 250.000 habitantes, num raio de influência de 600 metros de cada lado.

Pólos: aproximadamente 60, incluindo campus universitários, escolas, hospitais, shoppings center, etc.

Estimativa de custo total: de US\$ 2,4 bilhões a R\$ 4,4 bilhões.

Custo/Km médio de implantação: US\$ 62,7 milhões.

Considerações:

O planejamento estratégico do sistema integrado de transporte público, de média e alta capacidade, deve estar em sintonia com a política de desenvolvimento urbano. Isso foi feito em projetos de corredores estruturais que deram certo, como é o caso de Curitiba.

O transporte de massa tem de ser espinha dorsal para a mobilidade, mas não deve ser visto apenas no seu aspecto operacional, devendo ocorrer à efetiva integração de transporte e intervenções urbanísticas. Os projetos integrantes da rede estrutural do sistema de transporte devem incluir os aspectos de sustentabilidade urbana e ambiental na sua concepção.

A inserção do metrô na área urbana precisa estar em harmonia com a cidade, funcionando como um instrumento de integração dos espaços urbanos, devendo estar

acompanhada de um projeto urbanístico. O metrô tem um grande poder de valorização do ambiente urbano, devendo ser aproveitado, também, como um projeto de renovação urbana, requalificação dos principais corredores e revitalização da área central.

Dentro de uma visão global de políticas públicas integradas e de melhoria no ordenamento territorial, é possível aglutinar as soluções propostas em um Plano de Transporte, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano, no qual o metrô pode ser o instrumento de integração, podendo contribuir para o reordenamento urbano, com possibilidade de ancorar projetos imobiliários e operações urbanas.

Recomendações:

O sistema integrado de transporte público e a rede estrutural multimodal integrada precisam ser vinculados e integrados ao planejamento urbano, sendo considerados no processo de reavaliação do PDDUA e articulados nas suas adaptações necessárias.

3.3. Centro Histórico

Apresentado na Comissão Especial do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA), em 18 de junho.

Apresentadora:

Rita Chang, Presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural.

Relato:

O Centro Histórico é a área mais antiga, onde iniciou a urbanização da cidade e concentra a maior parte do Patrimônio Histórico da Capital. Um passeio pelas suas ruas permite reconstruir a história de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. O Perímetro do Centro Histórico coincide com as delimitações do bairro denominado Centro.

Com a globalização e a derrubada de barreiras culturais surge à necessidade de uma valorização da cultura local. O Centro Histórico, por ser um espaço de forte identidade cultural, passa a ser reintegrado nos programas de investimentos públicos. Os objetivos do projeto são agregar um conceito; alterar a percepção das pessoas; valorizar a Memória Cultural; valorizar o Patrimônio Arquitetônico; consolidar o Centro Histórico como Pólo Turístico Cultural e incremento da economia da cidade; divulgar a nova denominação; celebrar e valorizar as nossas riquezas culturais; trazer pessoas de outros bairros e despertar o orgulho dos cidadãos.

Considerações do relator:

A Lei 10364/2008 alterou a denominação do bairro Centro para Centro Histórico. A área central está sendo tratada no PDDUA como parte da Macrozona 1. É considerada área de revitalização e como tal, deverá ser instituída por Lei.

3.4. Projeto Portais Da Cidade

Apresentado na Relatoria I - Desenvolvimento Urbano: Estratégias e Modelo Espacial, por iniciativa do Relator, Vereador Mauro Zacher, na Sala 303, em 16 de julho.

Apresentador:

Clóvis Magalhães, Secretário Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico.

Relato:

O projeto Portais da Cidade é um novo sistema de circulação e transporte previsto para o centro da cidade. Os ônibus procedentes dos bairros devem chegar em três grandes portais, nas imediações do centro da cidade, onde os passageiros fariam uma transferência integrada para veículos modernos, mais rápidos e menos poluentes, que fariam a circulação entre os portais e 18 pontos no centro da cidade.

Estrutura: os portais seriam prédios de alto padrão, com comércio e prestação de serviços, cobertos, climatizados e oferecendo alternativas variadas de comércio e alimentação, com escadas rolantes para o deslocamento dos passageiros, locais para descanso e acessibilidade para portadores de deficiência.

Fluidez: hoje, formam-se grandes engarrafamentos de ônibus na chegada ao centro. Com os portais, o desembarque de passageiros seria mais rápido e os passageiros teriam veículos saindo, no máximo, de três em três minutos para os principais pontos do centro da cidade. O sistema funcionaria, na prática, como um metrô.

Além disso, a Prefeitura prevê um rebaixamento de nível em cerca de 400 metros na Av. Borges de Medeiros, com passagem elevada das Ruas dos Andradas e Salgado Filho/Andrade Neves, acabando com a circulação de ônibus em vias importantes do centro e eliminando seu impacto negativo sobre o tráfego e o meio ambiente. Assim, a velocidade de circulação do transporte coletivo no centro deve aumentar e desaparecer as demoradas filas de espera, que fazem do centro hoje uma verdadeira “rodoviária a céu aberto”.

Segurança: previsão de 24 estações (novas paradas cobertas no centro), onde, em 03 minutos, será realizado o desembarque. Assim, não teria mais aquela longa espera na fila, exposto à ação dos assaltantes. Todo o sistema prevê estar equipado com câmeras de vigilância, além de que os portais serão prédios fechados, também equipados com câmeras e vigiados por profissionais de segurança.

Tarifa: segundo o Executivo, a tarifa não aumentaria com o novo sistema. Pelo contrário, deve ficar mais barata. Esse novo sistema deve ser facilitado com o já implantado cartão magnético TRI, que substituiu a ficha. Com os portais, quando o cidadão pegar dois ônibus em seqüência, não será cobrada nova passagem. Quem vem do seu bairro, desce no portal e pega o ônibus em direção ao centro, não vai pagar nenhum valor adicional. Além disso, quem vem de uma zona da cidade e faz a transferência para pegar um ônibus para outra zona (por exemplo, o passageiro vem do Cristal, chega no portal e depois pega outro ônibus em direção ao Passo D'areia) irá pagar só metade do valor da segunda passagem.

Parceria Pública Privada: a obra é projetada para ser realizada dentro das possibilidades da cidade. O complexo tem previsão de execução em até três anos. As obras seriam feitas em regime de Parceria Público Privada (PPP), ou seja, a iniciativa privada financia a maior parte da obra e, em troca, pode explorar os estabelecimentos comerciais nos shoppings dos Portais.

Garantia de emprego: o compromisso assumido pela Prefeitura e pelas transportadoras é manter todos os empregos. Os cobradores devem trabalhar na comercialização e no controle dos cartões do transporte. Além disso, com a construção dos portais e do novo sistema, serão criados empregos e abertas novas vagas no setor de comércio e serviços.

PARTE II

ANÁLISE GERAL DA TEMÁTICA E DAS EMENDAS ENCAMINHAS PARA ESTA RELATORIA

1. Análise geral

Ao relermos o documento de mesmo objeto, elaborado pela subcomissão que tratou desta temática no ano de 2008, surpreende verificar que algumas constatações importantes e vitais para o bom encaminhamento deste processo continuam hoje em aberto.

Na folha 011 do referido documento lê-se: *“Desconhece-se a existência de um projeto integrado, formulado especificamente para o Centro da Cidade, com propostas, diretrizes e ações especificadas”*.

O teor predominante deste relatório confirma a noção de dispersão de informações e conseqüente dificuldade de entendimento, análise e reflexão, fundamentais para uma revisão conseqüente.

Hoje, debruçados sobre o mesmo tema e buscando as informações necessárias para uma avaliação criteriosa, sentimos as mesmas dificuldades. Deparamo-nos com um quadro em que ficam evidentes as preocupações do Executivo em melhorar as condições do hoje denominado Centro Histórico de Porto Alegre, refletindo-se, porém, em iniciativas que aparentemente não se conectam e se mostram como ações pontuais e independentes.

A recuperação do Centro Histórico como referência fundamental para o imaginário do cidadão e conseqüente aumento de auto-estima passa por ações em dois níveis: no plano físico, relacionadas a projetos e obras e no plano conceitual. No primeiro caso, podemos vislumbrar projetos de grande importância em andamento, como o Centro Popular de Compras; a reforma da Estação Mercado; os Portais da Cidade e a implantação do Metrô, além do Projeto Especial de Revitalização do Cais Mauá e recuperações de prédios históricos dentro do Projeto Monumenta. No plano conceitual, destacam-se ações do tipo Caminho dos Antiquários, Caminho dos Livros, Corredor Cultural e outros, todos englobados no Programa de Gestão “Projeto Viva o Centro”. Num primeiro momento, parece-nos que estas iniciativas, embora meritórias, carecem de uma idéia central estruturadora, que sirva de elo e acrescente força à ação.

Para melhor ilustrar o ponto de vista apresentado no parágrafo anterior, examinemos o Projeto de maior impacto até o momento, referente à Revitalização do Cais Mauá.

Em que pese o referido projeto ainda não ter chegado a Câmara de Vereadores – o que entendemos prejudicar em parte nosso relatório – diversas intervenções foram propostas através desta relatoria temática, na perspectiva de aproximar a cidade do rio e de compatibilizar vários projetos em discussão, bem como de garantir condições que julgamos necessárias ao entorno do Cais.

É profundamente lógico pensarmos que a revitalização do Cais Mauá é projeto que se funde umbilicalmente com a revitalização do Centro Histórico e que, portanto, devem de antemão ser estabelecidas estratégias visando garantir as necessárias conexões com os pólos já existentes - a área do Mercado Público, Prefeitura Municipal e adjacências; o eixo da Praça da Alfândega com seus prédios históricos; o Corredor Cultural da Andradas com a Casa de Cultura Mário Quintana e o Museu do Trabalho, etc.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o sucesso do empreendimento de revitalização do Cais Mauá depende da revitalização do Centro Histórico e vice-versa.

Convém, inicialmente, constatar que a Revitalização do Cais Mauá é uma ação conjunta com o Governo do Estado e que já foi passível, ao longo dos últimos anos, de diversas tentativas não exitosas de implementação, inclusive com a realização de Concursos Públicos de Arquitetura. Abandonadas estas iniciativas e, com a opção tomada de buscar recursos junto ao setor privado, por meio de modelagem inicial e programa de negócios, vamos para a segunda etapa, quando será escolhido o grupo financeiro que irá elaborar o projeto e executá-lo, em troca de exploração por tempo determinado dos espaços criados.

O interesse aparente existente por meio de grupos econômicos privados, aliado à oportunidade aberta com a vinda da Copa do Mundo indica que a hora é bastante propícia e que devemos aproveitar este momento, com o esforço reconhecido do Executivo e a vigilância atenta dos Vereadores, para concretizarmos a Revitalização do Cais Mauá, desejo antigo da comunidade porto-alegrense e que somos plenamente favoráveis.

Porém, esta ação positiva implica pensar com cautela sobre as conseqüências deste ato em relação ao resto da cidade e no compromisso que representa para as futuras gerações. É prudente pensar que, concomitante à elaboração de projeto arquitetônico de revitalização desta área, a infra-estrutura necessária esteja também, no mínimo, projetada ou em andamento. Este trabalho demanda uma coordenação geral, com a tarefa de evitar que problemas insolúveis venham a ocorrer.

Começamos pela questão mais óbvia e fácil de perceber: a circulação. Sabemos existir, elaborado pela municipalidade, projeto destinado a resolver o problema do transporte coletivo na área central da cidade, o projeto Portais da Cidade. Sabemos também que está sendo ultimado, na esfera federal, o projeto do futuro Metrô de Porto Alegre. Em nosso entendimento, ambos devem estar em consonância, bem como a área do Cais Mauá em face destas obras.

Por outro lado, sabemos também que o plano de negócios para o Cais Mauá, assim como sua modelagem inicial, indicam concentração de área construída na zona das antigas Docas, próximo à Estação Rodoviária, onde o tráfego já é complicado. Assim, julgamos que é fundamental pensarmos estratégias que facilitem o acesso ao novo conjunto construído, bem como avançarmos na idéia de remover a Estação Rodoviária para outro local, a exemplo do Bairro Navegantes.

Fundamental também para a concretização do empreendimento no Cais é o projeto e execução das redes de infra-estrutura de esgotos pluviais e hidrossanitários, energia, telefonia e rede lógica, atualmente inexistentes no local.

2. Indicações preliminares

A seguir, apresentamos brevemente um conjunto de idéias importantes que foram levantadas ou encaminhadas neste período, sendo resultado do debate promovido nas reuniões realizadas. Convém lembrar que se tratam de diretrizes gerais de longo prazo, dentro de um pensamento estratégico e ousado para o centro da cidade, mas desprovidas, nesse momento, da necessária preocupação com a dotação orçamentária que exigem para sua execução, o que entendemos caber ao Executivo analisar e propor sua viabilidade.

A criação, com urgência, do Escritório Técnico do Centro Histórico, conforme Emenda Nº 299 é de vital importância, pois deverá atenuar a lacuna criada nas últimas décadas, com a diminuição sensível do número de arquitetos no Setor de Planejamento, especialmente em função de aposentadorias e óbitos, sem a necessária reposição e conseqüente incapacidade de atuação condizente com a importância do setor.

Evidenciando a essencialidade dos centros históricos para o contexto das cidades no mundo todo, reafirmamos a importância da apresentação, com urgência, pelo Executivo, de Plano Geral de Recuperação do Centro Histórico, em forma de Projeto Especial ou Operação Consorciada, que avance para além do Plano Diretor e de índices construtivos, compatibilizando ações na linha de integração com o Projeto do Cais Mauá, especialmente em seu entorno.

Também atentamos para o fato de que um número significativo das emendas encaminhada a esta relatoria, referem-se a medidas ligadas ao objetivo de melhorar as condições de uso do Centro Histórico e de estabelecer as conexões necessárias com o Cais do Porto, como o rebaixamento da Av. Mauá em toda sua extensão e da linha do Trensurb desde a Rodoviária até o seu final. Mesmo sabendo dos obstáculos técnicos e econômicos dessas obras, alertamos para a importância das mesmas no médio e longo prazo, como medida integradora. O rebaixamento deste trecho da linha do Trensurb pode não ser necessário, caso seja concretizada sua integração prevista com o novo Metrô nas intermediações da Avenida Benjamim Constant, que chegaria até o Mercado Público pelas Avenidas Farrapos e Voluntários da Pátria.

Nessa mesma linha, outras emendas prevêem a construção de uma passarela ligando o Centro Popular de Compras com a Avenida Mauá; construção de estacionamentos subterrâneos em espaços públicos do Centro; a revitalização e qualificação do comércio do Viaduto Otávio Rocha; resgate e valorização do papel habitacional do Centro Histórico; a criação do Parque do Gasômetro enquanto extensão da Rua da Praia e do próprio Cais do Porto, unificando as praças Júlio Mesquita e Brigadeiro Sampaio, com amplo espaço verde que compensará a área edificada, bem como a criação do Largo do Gasômetro, valorizando a movimentação cultural já existente na Rua Gen. Salustiano; além a remoção da estrutura do aeromóvel ou uma decisão definitiva pelo seu funcionamento, entre outras. Todas estas medidas requerem uma planificação geral, sob pena de se tornarem uma inócua colcha de retalhos.

Além disso, é fundamental pensar a criação de equipamentos que estimulem a presença de público no Cais Mauá, a exemplo do Centro da Juventude e de um curso

de graduação da UFRGS, que também estão propostos por esta relatoria como emenda ao Projeto do Executivo.

Por outro lado, há ainda um conjunto de propostas que, mesmo não estando registradas como emendas, merecem nossa atenção e devem ser contempladas em um eventual Plano Geral de Recuperação do Centro Histórico e de integração com o Cais Mauá, como: ampliação do horário de funcionamento do Mercado Público e do Centro Popular de Compras; Linha de ônibus T-Saúde, passando em todos os Hospitais do Centro e de outros bairros; estímulo ao transporte fluvial de passageiros e ao esporte náutico no Guaíba associado a uma marina pública; remoção das carcaças de navios abandonados no cais; criação do corredor da educação no Centro, em paralelo ao já existente corredor cultural, bem como a criação de um novo corredor cultural ou ampliação do atual para outros locais, como o Viaduto Otávio Rocha, o Caminho dos Antiquários, etc.; qualificação do comércio e da estrutura da Rua Voluntários da Pátria; além de um ponto polêmico que deve ser enfrentado com responsabilidade, o Muro da Mauá.

Sobre esse item, é importante ressaltar que o mesmo foi construído 06 metros acima do nível do mar (ou 03 metros acima do solo), com base na enchente de 1941, quando o nível do Guaíba chegou a 4,75 metros acima do nível do mar. A proposta de reduzir 1,5 metros na altura do muro deixaria-o abaixo deste nível. Soma-se a isso seu custo total atualizado, entre investimento inicial e manutenção, de mais de R\$ 2,5 bilhões, conforme dados de engenharia. Embora o fato do muro ainda não ter sido testado plenamente desde sua construção e de haverem portas com dificuldades de fechamento, achamos muito importante sua conservação, pelo princípio da precaução em tempos de instabilidade e catástrofes ambientais. Os taludes previstos no projeto do Cais, como forma de atenuar o corte abrupto da visão, são bem-vindos. Entretanto, a presença do muro pode servir como elemento de segurança ao futuro empreendimento, sem contar que há uma série de outras idéias levantadas que devem ser examinadas, desde colocação de dobradiças no muro serrado, como a substituição, na parte acima do solo, do material atual para um material transparente, até a utilização da sua extremidade superior, para fixação de estrutura que comporte a implantação de uma ciclovia ou até mesmo do aeromóvel atualmente em desuso.

Por fim, sobre o futuro do Cais Mauá revitalizado, achamos fundamental que conste já no Edital de licitação da concessão, a obrigatoriedade dos investidores se relacionarem de forma permanente com o empreendimento, a partir da criação de uma sociedade gestora que exerça o papel de líder do condomínio, mantendo vivo os princípios da concessão ao longo do contrato e garantindo um compromisso solidário e continuado com a manutenção da qualidade e com o zelo do espaço a ser concedido.

3. Análise das Emendas referentes ao Centro Histórico e Cais do Porto Mauá

Os encaminhamentos propostos a seguir, relativos as 71 emendas tratadas por esta relatoria, foram compostos pela proposta inicial do Relator e assessoria técnica, com a análise dos demais vereadores que compõem a Temática IV e dos representantes do Fórum de Entidades, bem como dos professores e técnicos que participaram das reuniões relatadas na Parte I deste relatório.

3.1. Emendas que recomendamos aprovação (50)

Emenda Nº 07

Protocolada pela Vereadora Margarete Moraes, a Emenda veda a instituição de Projeto Especial de Impacto Urbano em Áreas de Interesse Cultural. Pugnamos pela aprovação da mesma, observando a sua Subemenda Nº 01, em anexo, resguardando os casos quando o Projeto Especial seja de iniciativa do Poder Executivo, a partir de estudo da SMGP.

Emendas Nºs 16, 25 e 26

Encaminhadas pelo Fórum de Entidades 2008, tratam de estratégias para áreas de revitalização, sendo que as duas primeiras identificam especificamente o Cais do Porto Mauá como área a ser revitalizada e a terceira estabelece que seja consultado o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (COMPHAC) quando da revitalização de novas áreas.

Sugerimos a aprovação das referidas emendas, acrescentando-se as Subemendas n.º 01 as Emendas 25 e 26, conforme seguem em anexo.

Emendas Nºs 24, 84, 115, 116, 201 e 205

Neste grupo de emendas, as quatro primeiras subscritas pela Vereadora Neuza Canabarro a partir do Fórum de Entidades 2008 e as duas últimas de autoria da Vereadora Sofia Cavedon, julgamos haver quesitos em que se deva indicar sua aprovação, por se caracterizarem, todas, pela tendência à cautela e precaução em relação a grandes empreendimentos, o que é sempre saudável, visto os impactos futuros que este tipo de projeto trará para a cidade. Não inviabilizam a aprovação destes empreendimentos, porém, exigem cuidados necessários. Dessa forma, encaminhamos a aprovação das mesmas, com a inclusão de Subemendas Nº 01 as Emendas Nºs 24, 84 e 205 e das Subemendas Nºs 01 e 02 a Emenda Nº 115, conforme documentos em anexo.

Emendas Nºs 36 e 55

De autoria dos Vereadores João Dib e Ervino Besson, respectivamente, ambas tratam de Projetos Especiais de Impacto Urbano. Recomendamos sua aprovação, possibilitando a alteração dos padrões previstos para o regime de garagens e

estacionamentos, no caso da Emenda 36, com a inclusão de Subemenda n.º 01 e, no caso da Emenda 55, mantendo como competência do Legislativo a aprovação dos Projetos Especiais de grande expressão, mediante Lei de iniciativa do Executivo, com a prévia apreciação dos Conselhos Municipais competentes.

Emenda Nº 37

É justo que haja prazo determinado para fixação de regime urbanístico que atinja lotes em área especial.

Emenda Nº 64

Inclui a possibilidade de, mediante análise da Secretaria de Planejamento Municipal (SPM), incluir atividade não listada como Projeto Especial de Impacto Urbano (PEIU) de 1º grau e de enquadrar como PEIU de 2º grau um projeto considerado até então de 1º grau.

Emenda Nº 65

Trata-se de um simples e necessário ajuste.

Emenda Nº 75

O dispositivo visa ampliar a classificação do PEIU de 2º grau, englobando as “Áreas de Ambiência Cultural”.

Emenda Nº 78

A emenda visa evitar que os projetos em Áreas Especiais de Interesse Cultural (AEIC) não sejam examinados caso a caso, mas sim como Projetos Especiais de Impacto Urbano (PEIU).

Emenda Nº 110

De acordo com a justificativa da emenda.

Emenda Nº 148

Somos favoráveis a esta Emenda proposta pela Vereadora Maria Celeste, pois a mesma visa ampliar expressamente no texto que define a abrangência da Macrozona 5, para além da Orla do Rio Guaíba, todos os bairros que efetivamente compõem esta região, sendo a mesma um complexo de belezas naturais.

Emenda Nº 167

O texto da emenda complementa e aperfeiçoa o Artigo 79 do PLCE N.º 008/2007.

Emenda Nº 174

O texto acrescido ao quadro (Anexo 11.2) possibilita, mediante análise da Secretaria de Planejamento Municipal (SPM), o enquadramento de Projeto Especial de Impacto Urbano (PEIU) de 1º grau como PEIU de 2º grau.

Emendas Nºs 187 e 188

Ambas de autoria do Vereador Eng. Comasseto, as emendas propõem o Largo Cultural e Corredor Parque do Gasômetro, respectivamente. Essas propostas foram debatidas exaustivamente em nossa relatoria temática, com a posição favorável de todos os vereadores presentes. De modo que, encaminhamos sua aprovação. Entretanto, entendemos que o prazo para a instituição desses 02 (dois) importantes equipamentos deve ser conforme as condições orçamentárias do Executivo Municipal, o que propomos através das Subemendas Nº 01 às Emendas Nºs 187 e 188, que passam a ter nova redação conforme documento em anexo, definindo os respectivos equipamentos como diretrizes estratégicas a serem criadas.

Emenda Nº 212

Esta emenda da Vereadora Maristela Maffei, a medida em que visa ampliar o leque de possibilidades em que a transferência do potencial construtivo pode ser usada, bem como ao afirmar que a Lei do Plano Diretor e sua proposta de revisão encaminhada pelo Executivo não identificam o conceito de patrimônio público ambiental, justificam a supressão dos Incisos I e II do Artigo 52 do PLCE 008/2007, no que somos favoráveis. Em relação à supressão dos parágrafos 7º e 8º, estamos sugerindo maior estudo sobre a proposta e, caso necessário, apresentaremos emenda substitutiva.

Emenda Nº 217

Elaborada por este Relator, a presente emenda visa, em linhas gerais, que toda extensão da orla do Rio Guaíba tenha como diretriz um regime urbanístico próprio, de interesse ambiental, turístico, cultural e esportivo, com a preservação ou implantação de áreas verdes, ciclovia, passeio e avenida, além de outros equipamentos. Dessa forma, tem o nítido propósito de preservar as margens do nosso Rio para fins de equilíbrio ambiental e para uso público.

Emenda Nº 221

A presente Emenda, de autoria da Vereadora Fernanda Melchiona, busca utilizar o instrumento Projetos Especiais para resolver problemas habitacionais nos assentamentos consolidados em áreas impróprias, com risco a vida ou ao ambiente. Por se tratar, na grande maioria desses casos, de populações em situação de vulnerabilidade social, recomendamos sua aprovação.

Emendas Nºs 248, 250 e 252

Emendas discutidas e encaminhadas através desta relatoria temática, com a subscrição de seus vereadores integrantes, tratam respectivamente de: tornar subterrânea a Avenida Mauá, em toda sua extensão, bem como a Avenida Loureiro da Silva, do início até a Avenida Augusto de Carvalho; construir passarela ligando o Centro Popular de Compras até a Avenida Mauá e tornar subterrânea a Linha do Trensurb desde a Estação Rodoviária até o seu final. Essas emendas visam, em linhas gerais, atender a preocupação já manifestada por mais de uma vez neste relatório, na perspectiva de aproximar a cidade do Rio Guaíba e de compatibilizar vários projetos

em discussão, estabelecendo as conexões necessárias para integrar o Centro Histórico com o futuro Cais Mauá revitalizado.

Emenda Nº 253

Esta emenda proposta pelo Vereador Nelcir Tessaro visa adequar o instrumento valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário a orientação contida no Estatuto das Cidades. Por isso, orientamos pela sua aprovação.

Emendas Nºs 270 e 293

Estas emendas foram elaboradas pelo Fórum de Entidades instalado em 2009 e pela Vereadora Maria Celeste, pela ordem. Recomendamos a aprovação, no primeiro caso, por acrescentar no Artigo 67 da proposta de Revisão do PDDUA, que as Operações Urbanas Consorciadas devem obedecer ao atendimento de serem aplicadas na própria região de implantação do projeto em questão, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais, econômicas e a valorização ambiental. Esta medida segue orientação do Estatuto das Cidades, no sentido de que a região impactada possa receber o retorno dos investimentos. No segundo caso, buscando resguardar as áreas especiais de proteção ao ambiente natural, a emenda prevê a edificação em terreno situado em AEIC somente quando para fins de preservação do ambiente natural ou para compatibilizar com a regularização de habitação de interesse social (HIS).

Emendas Nºs 283, 285, 298, 300 e 301

Neste grupo, as duas primeiras emendas são de autoria do Vereador Eng. Comasseto e, as demais, de minha própria autoria. No primeiro caso, institui áreas de animação nas regiões centrais da cidade, onde encaminho Subemenda 01 à Emenda 283, incluindo outras áreas a serem animadas e a Emenda 285 inclui novo Artigo 123 no projeto, estabelecendo condições para as zonas miscigenadas polarizadas, visando propiciar a qualificação destes espaços, como forma de consolidar setores urbanos referenciais de lazer e turismo de forma permanente. Nas demais, que encaminhei, é previsto a criação do Ponto Zero da cidade no Cais Mauá (Emenda 298), a criação do Centro de Juventude – laboratório de desenvolvimento da criatividade e empreendedorismo em cultura, esporte e inovação (Emenda 300) e a implantação de um curso de graduação da UFRGS no Cais Mauá a ser revitalizado (Emenda 301). Em nosso entendimento, todas essas emendas tratam de aspectos de animação e revitalização, garantindo a presença de pessoas, o que é fundamental para a dinamização econômica e social dos espaços onde são previstas, especialmente para o Cais Mauá.

Emenda Nº 299

Já citada no item “indicações preliminares” deste relatório, esta emenda que encaminhei, busca atenuar a lacuna criada nas últimas décadas, com a diminuição sensível do número de arquitetos no Setor de Planejamento, sem a necessária reposição e conseqüente incapacidade de atuação condizente com a importância do setor. O Escritório Municipal do Centro Histórico agilizará a tão necessária

recuperação do Centro Histórico. Ressaltamos ainda que o projeto Monumenta, o qual tem trabalhado nesta linha, tem seu fim previsto para final de 2009. Por esses motivos, solicitamos a aprovação da referida emenda.

Emendas Nºs 303, 304, 313, 316, 317 e 326

Neste outro grupo de emendas, todas de autoria do Vereador Beto Moesch, há vários dispositivos que se caracterizam como princípios de cautela e precaução em projetos especiais de impacto urbano, especialmente no aspecto ambiental. Julgamos que devemos indicar sua aprovação, pois estes princípios são sempre oportunos e salutar, já que os impactos destes projetos podem acarretar em passivos ambientais para a cidade. Em linhas gerais, as emendas não inviabilizam a aprovação dos projetos especiais, mas exigem observações e cuidados necessários, como audiências públicas, Estudos de Impacto de Vizinhança, Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), entre outros. Assim, indicamos a aprovação das mesmas.

Emendas Nºs 379, 380, 381, 382 e 383

Essas emendas, todas de autoria do Fórum de Entidades 2009, subscritas pelos Vereadores Toni Proença, João Pancinha e Eng. Comasseto, em linhas gerais, visam à retomada da função habitacional do Centro Histórico, visando o atendimento da demanda de interesse social (Emenda Nº 383). As demais têm como objetivo a valorização do comércio tradicional de porta de rua, do pequeno comércio e dos serviços também no Centro Histórico, especialmente no turno da noite. Mesmo carentes de uma redação nova, para sistematizá-las, somos pela aprovação das referidas emendas.

Emenda Nº 386

Última encaminhada ao PLCE 008/2007, de minha autoria, a emenda busca garantir uma avaliação correta da capacidade técnica, social e econômica do grupo investidor, além de garantir especialmente um compromisso deste grupo e dos seus operadores com a manutenção da qualidade futura e com o zelo do espaço a ser concedido, criando nas partes envolvidas uma responsabilidade solidária e continuada no uso do bem público, com o objetivo de manter, de forma permanente, uma boa imagem do Cais Mauá a ser revitalizado. Dessa forma, pedimos sua aprovação.

3.2. Emendas que indicamos a rejeição (09)

Emendas Nºs 69, 82 e 204: sobre essas emendas, identificamos problemas referentes à técnica legislativa, compreensão que pretendemos aprofundar na sistematização com os demais relatores.

Emenda Nº 177

Com a supressão dos itens (2) e (3) ficaria permitida, na zona intensiva, a implantação de comércio varejista e serviços maiores ou iguais a 5.000 m² e de

comércio atacadista e depósitos maiores ou iguais a 2.000 m², sem avaliação da Secretaria de Planejamento Municipal (SPM).

Emenda Nº 269

Propõe a simplificação da redação e do conteúdo dos artigos 56 a 67, que tratam dos Projetos Especiais de Impacto Urbano (PEIU), retirando exigências importantes para a aprovação deste tipo de projeto.

Emendas 344, 345, 346 e 347

Todas se referem ao mesmo assunto. Em linhas gerais, essas emendas propõem a distinção entre Projeto Especial de Impacto Urbano (PEIU) de 3º grau e Operação Urbana Consorciada, o que está em desacordo com o pensamento dos técnicos da Secretaria de Planejamento Municipal (SPM), para os quais Operação Urbana Consorciada é um PEIU de 3º grau.

3.3. Emendas prejudicadas (08)

Emenda Nº 27: prejudicada pela Emenda Nº 313;
Emenda Nº 97: prejudicada pela Emenda Nº 317;
Emenda Nº 151: prejudicada pela Emenda Nº 313;
Emenda Nº 179: prejudicada pela Emenda Nº 317;
Emenda Nº 199: prejudicada pela Emenda Nº 317;
Emenda Nº 202: prejudicada pela Emenda Nº 115;
Emenda Nº 203: prejudicada pela Emenda Nº 116;
Emenda Nº 315: prejudicada pela Emenda Nº 116.

3.4. Emendas objeto de análise de outras relatorias temáticas (04)

Emenda Nºs 145, 194, 209 e 282: em nosso entendimento, s.m.j., as referidas emendas tratam de assuntos que não são objeto desta relatoria.

3.5. Emendas referentes a nossa temática que indicamos aprovação, mesmo que não tenham sido encaminhadas para avaliação e parecer desta relatoria (04)

Emenda Nº 249: autoriza, mediante concessão, a construção de estacionamentos subterrâneos em praças e logradouros do centro.

Emenda Nº 296: utilização dos terrenos fronteiros ao prédio da Câmara dos Vereadores de forma compatível com a importância do espaço, compreendendo tratamento paisagístico da área junto ao espaço do demolido Cadeião e remoção do “esqueleto” do Aeromóvel.

Emenda Nº 297: conservação da marina existente junto ao futuro Parque do Gasômetro.

Emenda Nº 251: demolição do edifício sede da Delegacia Regional do Trabalho num prazo de 07 anos, visando melhor integração e equilíbrio arquitetônico com os prédios históricos do entorno.

Porto Alegre, 31 de agosto de 2009.

Vereador Airto Ferronato – PSB
Relator

Subemenda 01 à Emenda N° 07

Acrescenta no final da redação do parágrafo 2º:

“...salvo se o Projeto Especial tenha iniciativa no Poder Executivo, a partir de estudo da Secretaria de Planejamento Municipal”.

Porto Alegre, 15 de julho de 2009.

Ver. Airto Ferronato

Relator

Subemenda 01 à Emenda N° 24

Suprime ao final do parágrafo 3º a expressão “e de todos os projetos dos Condomínios Horizontais e Verticais”.

Porto Alegre, 15 de julho de 2009.

Ver. Airto Ferronato
Relator

Subemenda 01 à Emenda N° 25

Fica suprimida a expressão do Capítulo V, “visando também o transporte fluvial coletivo de passageiros”.

Justificativa

Proposição constante na Emenda N° 16.

Porto Alegre, 15 de julho de 2009.

Ver. Aírto Ferronato

Relator

Subemenda 01 à Emenda N° 26

Suprime a expressão “parecer II” do caput do artigo proposto.

Porto Alegre, 15 de julho de 2009.

Ver. Airto Ferronato

Relator

Subemenda 01 à Emenda Nº 36

Suprime a expressão “de atividades e os” e insere a emenda como parágrafo específico.

Suprime o parágrafo único.

Suprime o art. 2º

Porto Alegre, 15 de julho de 2009.

Ver. Airto Ferronato

Relator

Subemenda 01 à Emenda N° 84

Inserir, no início do artigo proposto, a expressão:

Art. “Após um (01) ano a partir da publicação desta lei”

Porto Alegre, 15 de julho de 2009.

Ver. Airto Ferronato

Relator

Subemenda 01 à Emenda N° 115

Inserir no Art. 63, inciso II, letra a, a expressão “ou adequação” entre as expressões “a compatibilização com...”

Porto Alegre, 15 de julho de 2009.

Ver. Airto Ferronato

Relator

Subemenda 02 à Emenda Nº 115

Suprime a letra “b” da emenda, conservando a redação do projeto proposto.

Porto Alegre, 15 de julho de 2009.

Ver. Airto Ferronato

Relator

Subemenda 01 à Emenda N° 187

Substitui, na emenda, a expressão “Art. No prazo de 12 (doze) meses a contar da vigência desta Lei Complementar, será instituído o Largo Cultural, mediante lei específica” por:

“Art. Fica definido como diretriz estratégica à criação do Largo Cultural do Gasômetro, a ser instituído pelo Executivo Municipal mediante lei específica”.

Porto Alegre, 15 de julho de 2009.

Ver. Airto Ferronato

Relator

Subemenda 01 à Emenda Nº 188

Substitui, na emenda, a expressão “Art. No prazo de 06 (seis) meses a contar da vigência desta Lei Complementar, será instituído corredor Parque do Gasômetro, mediante lei específica” por:

“Art. Fica definido como diretriz estratégica à criação do corredor Parque do Gasômetro, a ser instituído pelo Executivo Municipal mediante lei específica”.

Porto Alegre, 15 de julho de 2009.

Ver. Airto Ferronato

Relator

Subemenda 01 à Emenda N° 205

Acrescenta entre as expressões “executivo devem” a conjunção aditiva “e”.

Porto Alegre, 15 de julho de 2009.

Ver. Airto Ferronato

Relator

Subemenda 01 à Emenda Nº 283

Acrescenta, na área de animação da Região Central, as expressões (os locais): “Viaduto Otavio Rocha, Cais Mauá, Praça da Alfândega e Adjacências e Corredor Cultural da Rua dos Andradas”.

Porto Alegre, 15 de julho de 2009.

Ver. Airto Ferronato

Relator

COMISSÃO ESPECIAL DE REVISÃO DO PDDUA

TEMÁTICA 5

**PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL E NATURAL DA CIDADE**

RELATÓRIO FINAL

31 DE AGOSTO DE 2009

**VEREADORA MARIA CELESTE - RELATORA
VEREADOR JOÃO PANCINHA - REVISOR
VEREADOR DR. THIAGO DUARTE
VEREADOR DJ CASSIÁ**



Câmara Municipal de Porto Alegre

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A AVALIAR E DISCUTIR O PLCE Nº 008/07 – PROC. Nº 6777/07 –, QUE DISPÕE SOBRE O DESENVOLVIMENTO URBANO NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, INSTITUI O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL DE PORTO ALEGRE – PDDUA – E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.


DECLARAÇÃO DE VOTO


Manifesto voto **com restrições** ao Relatório Final da Comissão Especial do Plano Diretor por entender que os relatórios das relatorias temáticas devem compor o documento final.

O teor desses relatórios demonstra toda a produção realizada no âmbito das temáticas constituindo-se em importantes ferramentas e subsídios para a discussão realizada na Comissão Especial, pois neles encontram-se manifestações técnicas, preocupações, contribuições e demandas de Entidades e Comunidades das diferentes regiões da cidade sobre os principais temas do PDDUA.

Da mesma forma, deveria constar no Relatório Final os termos do acordo realizado pela Comissão Especial que remeteu às emendas com áreas passíveis ou de especial interesse cultural constantes nessas emendas para a Comissão Especial Paritária a ser constituída a partir da aprovação da emenda nº 229, para o estudo e definição das Áreas Especiais de Interesse Cultural – AEICs. Igualmente deveria constar o teor dos ajustes técnicos ou compatibilização das emendas aprovadas com estas condições.

Sala de Reuniões, 5 de novembro de 2009


Vereadora Maria Celeste,
Relatora da Temática V


Vereadora Fernanda
Relatoria III
Vice-Presidente



Câmara Municipal de Porto Alegre

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A AVALIAR E DISCUTIR O PLCE Nº 008/07 – PROC. Nº 6777/07 –, QUE DISPÕE SOBRE O DESENVOLVIMENTO URBANO NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, INSTITUI O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL DE PORTO ALEGRE – PDDUA – E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECLARAÇÃO DE VOTO

As restrições que oferecemos ao Relatório Final se fundamentam, especialmente, na ausência de debate em torno do conjunto das situações expostas nas Relatorias Temáticas e, por óbvio, presentes nas centenas de Emendas por nós examinadas.

Julgo que seria aconselhável não, só a integração das cinco Relatorias Temáticas, mas, também, e, principalmente, o enfoque do coletivo sobre a extensão da revisão em curso, suas características, limitações e omissões.

Com efeito, nosso Relatório foi objetivo quanto ao tema que nos foi submetido, como também no que diz com o exame das Emendas por nós examinadas e sobre as quais emitimos parecer.

Por fim, na grade que nos foi apresentada com as decisões objetivas sobre as emendas propostas, registramos equívocos quanto ao seu resultado, sendo que o mais destacado reside na Emenda nº 182, que aprovada na análise, é registrada como Rejeitada o que é um equívoco.

É lógico que tal equívoco será recuperável, via destaque, mas é um exemplo vivo da existência de erros que merecem correção, ainda no âmbito da Comissão.

Assim e, em derradeiro, assinalo a necessidade que se nos afigura indispensável, da plena identificação das Emendas aprovadas e/ ou rejeitadas, especialmente no que se refere às adequações técnicas que foram procedidas.

Sala de Reuniões, 05 de novembro de 2009


Vereador Reginaldo Pujol
Relator da Temática III